



AGENDA LEGISLATIVA

17 A 21 DE JUNHO DE 2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (18/06)

CPOVOS - COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS / Anexo II, Plenário 12, 13h00

REQ 16/2024 - Requer a realização de Audiência Pública para debater PLP 47/2024, que “Dispõe sobre o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas (FUNDSAM) e do Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá”. Item nº 1.

Convidados:

- Aylla;
- Breno Consoli;
- Breno Sarpi;
- Cristiano Gadelha;
- Daniel Guth;
- Raimundo Batista

Autor: Delegado Caveira (PL/PA)

REQ 21/2024 - Requer seja realizada audiência pública conjunta da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais com a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional para debater acerca do desenvolvimento das cadeias produtivas da Amazônia. Item nº 3.

Convidados:

- Dra. Ana Margarida Castro Euler, Engenheira Florestal, Mestre e Doutora em Ciências Ambientais e Florestais pela *Graduate School of Environment and Information Science* da *Yokohama National University*, Japão
- Antônio Pinheiro Teles Junior, Vice-governador do Estado do Amapá, professor da Universidade Federal do Amapá e economista;
- Patrícia Matta, Gerente Sr. de Sustentabilidade na Natura & Co Latam, com foco em Biodiversidade e Amazônia;
- Joaquim Correa de Souza Belo, Coordenador de Projetos e Membro de Comitê Gestor e Conselhos: Projeto Puxirum (Governo Finlandês/ Santarém);
- Aloizio Mercadante, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e
- João Francisco, Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço (MDIC).

Autor: Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)

GTCGIBS- GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A TRATAR SOBRE O COMITÊ GESTOR E DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DO IBS / Anexo II, Plenário 04, 14h00

Audiência Pública - Tema: Administração tributária - fisco.

Convidados:

- Cássio Vieira Pereira Dos Santos, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal
- Fábio Henrique De Sousa Macêdo, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (FENAFIM);
- Francelino Das Chagas Valença Junior, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO);

- Isac Moreno Falcão Santos, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (SINDIFISCO Nacional);
- Marcos Sérgio Da Silva Ferreira Neto, Presidente da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras de Administração (FEBRAFISCO);
- Mauro José Silva, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (UNAFISCO Nacional);
- Miguel Arcanjo Simas Nôvo, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP);
- Rodrigo Keidel Spada, Presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBRAFITE);
- Thales Freitas Alves, Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (SINDIRECEITA).

GTRETRIB - GT REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA PLP 68 DE 2024 / Anexo II, Plenário 02, 14h30

Audiência Pública – Tema: Zona Franca de Manaus, simples e regime específico de compras públicas.

Convidados:

- Décio Lima, Presidente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);
- Antonio Ricardo Alvarez Alban, Presidente Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (- ABINEE);
- Marcos Antônio Bento De Sousa, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo);
- Hamilton Caminha, Vice Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL/Manaus), e Presidente da Comissão de Tributos da CDL Manaus;
- Jorge Nascimento, Presidente Executivo da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS);
- Antônio Carlos Silva, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM);
- Roni Peterson Bernardino De Brito, Assessor do Gabinete da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e Representante da União no "GT-10 - Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio";
- Nivaldo Das Chagas Mendonça, Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas e Representante dos Estados no "GT-10 - Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio";
- Robledo Gregório Trindade, Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Amapá e Representante dos Estados no "GT-10 - Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio";
- Fernanda Schmitt, Procuradora na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Integrante do Grupo de Análise Jurídica do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC);
- Thomaz Nogueira, Consultor, Ex-secretário de Planejamento, Desenvolvimento, Tecnologia e Inovação do Estado do Amazonas e Ex-superintendente da Suframa;
- Ana Carolina Brasil Vasques, Presidente Mulheres do Tributário;
- Carla Pinheiro, Diretora da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); e
- José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h30

PL 927/2023 - Dispõe sobre a criação do programa nacional de socorro emergencial a empreendedores atingidos por tragédias climáticas e dá outras providências. Item nº 3.

Autor: Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE)

Relator: Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela aprovação deste e da emenda, com substitutivo.

PL 4857/2023 - Institui o Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Micro e Pequenas Empresas – Desenrola MPEs. Item nº 4.

Autor: Jorge Goetten (PL/SC)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: Pela aprovação deste, da Emenda 1/2023-CICS, e dos apensados, com substitutivo.

PL 323/2024 - Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego ao empregado demitido sem justa causa que integre sociedade empresária ou seja microempreendedor. Item nº 5.

Autor: Jonas Donizette (PSB/SP)

Relator: Delegado Ramagem (PL/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 606/2024 - Dispõe sobre a obrigatoriedade das plataformas de entrega por aplicativo de fornecer assistência jurídica e psicológica integral aos entregadores em casos em que forem vítimas de violência no exercício da profissão ou em razão dela. Item nº 6.

Autor: Erika Hilton (PSOL/SP)

Relator: Mauricio Marcon (PODE/RS)

Parecer: Pela rejeição.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PEC 18/2011 - Dá nova redação ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para autorizar o trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos quatorze anos de idade. Item nº 56.

Autor: Dilceu Sperafico (PP/PR)

Relator: Gilson Marques (NOVO/SC)

Parecer: Pela admissibilidade desta e apensadas

PL 5379/2019 - Dispõe sobre os direitos básicos das microempresa e empresas de pequeno porte e dá outras providências. Item nº 60.

Autor: Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Relator: Lucas Redecker (PSDB/RS)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

PDL 4/2023 - Susta os efeitos dos dispositivos do Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023, que instituem a Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia, na estrutura organizacional da Advocacia-Geral da União. Item nº 61.

Explicação: O autor critica especialmente a previsão de atuação da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia responsável por tratar de "desinformação sobre políticas públicas".

Autor: Mendonça Filho (UNIÃO/PE)

Relator: Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e dos apensados, com substitutivo.

Quarta-feira (19/06)

OUTROS EVENTOS / Plenário da Câmara dos Deputados, 09h00

Sessão Solene - Tema: Homenagem aos 35 anos do domínio ".br".

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 09h00

Seminário - Finalidade: Debate sobre a chamada Lei do Bem (Lei 11.196/05).

Programação:

Sessão de Abertura

- Dep. Nely Aquino (PODE/MG);
- Guilherme Calheiros, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Cinthia Possatto, Gerente Tributária da Porto Seguro;
- Valter Pieracciani, Sócio Fundador da Pieracciani; e
- Jorge Henrique Silva Lima, Vice-Presidente de Relações Governamentais e Institucionais do Itaú-Unibanco.

Mesa 1: Lei do Bem Hoje.

- Dep. Luiza Canziani (PSD/PR);
- Anne Magaly, Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
- Adriano Moala, Especialista em Ciência de Dados da Porto Seguro;
- Carolina Andrade, Consultora e Pesquisadora Sênior da Pieracciani; e
- Marcelo Montalvão Reis, Coordenador-Geral de Auditoria das Áreas de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações da Controladoria-Geral da União (CGU).

Mesa 2: Diferenciais do Brasil e os Fatores de Sucesso nas TIC.

- Livia Macedo Freitas Garrido, Gerente de Tecnologia de Materiais da Empresa Paranoá Indústria de Borracha;
- Lilian Aliprandini, Sócia Fundadora da Acceta; e
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Mesa 3: Fortalecendo o mais importante e amplo instrumento de incentivo à inovação.

- Rodrigo Elia Assad, Diretor de Inovação da Claro;
- Alfonso Abrami, Sócio responsável pela área de projetos da Pieracciani;
- Receita Federal do Brasil
- Valéria Said De Barros Pimentel, Coordenadora de Negócios do Instituto Nacional de Tecnologia (INT);
- Rogerio Souza Mascarenhas, Secretário de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

GTRETRIB – GT REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA PLP 68 DE 2024 / Anexo II, Plenário 02, 09h00**Audiência Pública - Tema:** Entidades imunes.

Convidados:

- Renata de Camargo Nascimento, Presidente do Instituto de Cidadania Empresarial (ICE);
- Fernando Nogueira, Representante da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR);
- Eduardo Szazi, Representante do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE);
- Aldalice Moura Da Cruz Otterloo, Diretora da Associação Brasileira de ONGs (Abong);
- Celso Niskier, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES);
- Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda e coordenador do "GT-3 - Regime específico de serviços financeiros, planos de assistência à saúde de concursos de prognósticos" do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC);
- Núbia Castilhos, procuradora na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e membro do Grupo de Análise Jurídica do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC);
- Ariane Costa Guimarães, Doutora em Direito Tributário - Centro Universitário de Brasília (UniCEUB);
- Priscila Pasqualin, Advogada e Representante do Instituto Beja;
- Custódio Pereira, Presidente do Fórum Nacional das Entidades Filantrópicas (FONIF);
- Robson Maia Lins, Coordenador-Geral do Mestrado e Doutorado em direito da PUC/SP e Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET);
- Kildare Araújo Meira, Representante da SEMESP;
- José Eduardo Sabo Paes, Pós Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos (IGC) - Coimbra, Portugal;
- Hugo Zaponi, Especialista em Direito Tributário-Educacional, representando o Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro (Setor - NEPATs); e
- Jamir Dagir Jr., Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos (ABIMO).

CSAUDE - COMISSÃO DE SAÚDE / Anexo II, Plenário 07, 09h30

PDL 37/2019 - Susta a Resolução nº 2.227, de 13 de dezembro de 2018, do Conselho Federal de Medicina, que define e disciplina a telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias. Item nº 2.

Autor: Juscelino Filho (UNIÃO/MA)

Relator: Ismael Alexandrino (PSD/GO)

Parecer: Pela rejeição.

PL 474/2022 - Altera os Decretos-Leis nº 9.403, de 25 de junho de 1946; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; 9.853, de 13 de setembro de 1946 e a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, para dispor sobre a incidência das contribuições relativas ao fomento dos programas do chamado Sistema S. Item nº 17.

Autor: Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC)

Relator: Jorge Solla (PT/BA)

Parecer: Pela rejeição.**CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 10h00**

REQ 38/2024 - Requer a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito desta Comissão, da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle com a participação da Ilma. Ministra do Planejamento e Orçamento, Sra. Simone Nassar Tebet para debater as prioridades do Ministério do Planejamento e Orçamento para 2024, bem como, os projetos de integração dos países da América do Sul. Item nº 1.

Convidada:

- Simone Nassar Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento

Autor: Danilo Forte (UNIÃO/CE)

PL 3412/2021 - Institui a Política Nacional de Responsabilidade Econômica de proteção da atividade privada. Item nº 4.

Explicação: institui tal política, com as seguintes diretrizes: i) a proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica; ii) a aplicação e o respeito ao direito civil, tributário, empresarial, econômico, ambiental e do trabalho nas relações público/privado encontradas no âmbito legal e no ordenamento jurídico; iii) considerar como atribuição obrigatória da iniciativa privada, perante a sociedade, o pagamento dos tributos e contribuições estabelecidos por lei, para cada setor empresarial brasileiro; iv) a adequação da ação governamental às peculiaridades e diversidades regionais; v) a articulação e colaboração entre os entes públicos federais, estaduais e municipais e o setor privado; vi) o estímulo a iniciativa privada e suas economias locais, com redução das interferências públicas na gestão econômica do ente privado; e vii) a valorização do empreendedorismo, do crescimento econômico privado, da geração de riquezas e da criação de novos postos de trabalho.

Autor: Marcelo Ramos (PSD/AM)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer: Pela aprovação, com Substitutivo

CMADS - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / Anexo II, Plenário 08, 10h00

PL 1437/2022 - Dispõe sobre a disponibilização pelos órgãos públicos competentes de espaços públicos para a logística reversa. Item nº 5.

Autor: Gustavo Fruet (PDT/PR)

Relator: Duda Salabert (PDT/MG)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

PL 2408/2023 - Altera a Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, para incluir no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) informações que permitam a identificação da origem dos recursos utilizados nas contratações. Item nº 11.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

PL 1927/2023 - Institui o Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados. Item nº 12.

Autor: Lucas Ramos (PSB/PE)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação (CE).

PL 6100/2016 - Altera a consolidação das Leis do Trabalho - CLT -, instituindo-se o regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador, denominado SIMPLES TRABALHISTA, e dá outras providências. Item nº 14.

Explicação: Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943 para instituir o Simples Trabalhista, regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador, cuja adesão é facultativa.

Autor: João Derly (REDE/RS)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste e do apensado; e, no mérito, pela rejeição desde e do apensado.

CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA / Anexo II, Plenário 12, 13h00

PL 1506/2024 - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa" para vedar a comunicação ou notificação à pessoa idosa por meios eletrônicos Item nº 2.

Autor: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Geraldo Resende (PSDB/MS)

Parecer: Pela aprovação.

CCULT - COMISSÃO DE CULTURA / Anexo II, Plenário 10, 13h30

PL 3797/2019 (Nº Anterior: PLS 389/2016) - Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados. Item nº 2.

Autor: Dário Berger

Relator: Pendente

Parecer: Pela rejeição deste e apensados.

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / Anexo II, Plenário 07, 14h00

REQ 39/2024 - Requer o aditamento do Requerimento 34/2024 – CPASF para a inclusão de convidados na audiência pública para debater sobre o Projeto de Lei Complementar 42/2023 e apensado. Item nº 1.

Autor: Erika Kokay (PT/DF)

PL 492/2020 - Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) sobre produtos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência Item nº 13.

Autor: Geninho Zuliani (UNIÃO/SP)

Relator: Clarissa Tércio (PP/PE)

Parecer: Pela aprovação deste e do apensado, com substitutivo.

PL 1966/2021 - Altera a Lei nº 11.577, de 22 de novembro de 2007, tornando obrigatória a divulgação, nas aulas e cursos ministrados de forma não presencial, de mensagens de advertência e informes de orientação sobre o encaminhamento de denúncias contra atos de pedofilia, abuso, exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes. Item nº 17.

Autor: Zé Vitor (PL/MG)

Relator: Franciane Bayer (REPUBLICANOS/RS)

Parecer: Pela aprovação deste e pela rejeição do PL 4323/2023, apensado.

PL 2777/2023 - Altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a fim de promover a capacitação de menores aprendizes para a atividade profissional e o empreendedorismo, na forma que especifica, e dá outras providências. Item nº 28.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Rogéria Santos (REPUBLICANOS/BA)

Parecer: Pela aprovação deste, e da Emenda 1/2024 apresentada na CPASF, com substitutivo.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 14h00

PL 1507/2023 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em “sites” hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor. Item nº 4.

Explicação: Altera a lei de proteção do consumidor para estabelecer pena de detenção àqueles que promovam ou permitam publicidade de produtos ilegais nacionalmente em sites hospedados em servidores estrangeiros, ou licenciados em países que os permitam.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 2966/2020 - Institui normas sobre a permuta digital. Item nº 7.

Autor: Enéias Reis (UNIÃO/MG)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com emenda.

PL 2622/2022 - Dispõe sobre a segurança de aplicativos bancários para dispositivos móveis. Item nº 15.

Autor: Domingos Neto (PSD/CE)

Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Parecer: Pela aprovação deste e do apensado, com substitutivo.

GTRETRIB – GT REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA PLP 68 DE 2024 / Anexo II, Plenário 02, 14h30

Audiência Pública - Tema: Transição para o novo modelo, fixação de alíquotas e avaliação quinquenal.

Convidados:

- Bernard Appy, Secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda e Coordenador da Comissão de Sistematização do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC);
- Renata Dos Santos, Secretária da Fazenda do Estado de Alagoas e Representante dos Estados na Comissão de Sistematização do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC);
- Eduardo Fávero, Auditor federal de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU);

- Sérgio Firpo, Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO);
- Matheus Rocca, Assessor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda e Coordenador do "GT-8 - Reequilíbrio de Contratos de Longo Prazo" do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC);
- Suzana Fagundes, Conselheira da Associação Nacional de Empresas de Aluguel de Veículos e Gestão de Frotas (ANAV);
- Jerônimo Goergen, Presidente Executivo da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (ACEBRA);
- Zabetta Macarini, Diretora Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (GETAP); e
- Carlos Alberto Lancia, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais - ABINAM e do Sindicato Nacional da Indústria de Águas Minerais (SINDINAM).

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 16h00

Audiência Pública - Tema: Recuperação judicial, extrajudicial e falência.

Convidados:

- Dep. Hugo Leal (PSD-RJ);
- Marcos Barbosa Pinto, Secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda;
- Paulo Ribeiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- Luis Felipe Salomão, Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- Mônica Di Piero, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;
- Paulo Furtado, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo;
- Clarissa Tauk, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo;
- Eronides Santos, Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo;
- Alexandre Câmara, Diretor Executivo da BTG PACTUAL;
- André Nassar, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE;
- Bruno Rezende, Advogado;
- Elias Mubarak, Advogado; e
- Flávio Galdino, Advogado.

Quinta-feira (20/06)**GTRETRIB – GT REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA PLP 68 DE 2024 / Anexo II, Plenário 02, 09h00**

Audiência Pública - Tema: Reforma tributária e combate às desigualdades.

Convidados:

- Ana Carolina Brasil Vasques, Presidente Mulheres no Tributário;
- Ana Cláudia Akie Utumi, Doutora em Direito Econômico-Financeiro (USP) e Mestre em Direito Tributário (PUC/SP);
- Camila Tapias, Vice-Presidente Mulheres no Tributário;
- Francine Fachinello, Presidente Mulheres no Tributário;
- Lina Santin, Advogada Tributarista, Mestre em Direito Tributário e Doutoranda pela PUC-SP;
- MARY ELBE, Pós-Doutora em Direito Tributário;
- Lana Borges Câmara, Procuradora da Fazenda Nacional e Coidealizadora e Cofundadora do Movimento Tributos a Elas;
- Helena Trentini, Doutora em Direito pelo Departamento de Direito Financeiro, Econômico e Tributário da USP;
- Maria Juliana Fonseca, Mestre em Direito Tributário pela UFMG;
- Misabel Derzi, Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- Luiza Machado Menezes, Mestre em Direito pela UFMG e Integrante do Grupo Tributação e Gênero da Fundação Getúlio Vargas;
- Camilla Cavalcanti, Diretora de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda e coordenadora do "GT-6 - Demais Regimes Específicos" do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC);
- Viviana Santiago, Diretora Executiva da OXFAM Brasil;
- Tathiane Piscitelli, Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo e Coordenadora do Grupo de Pesquisa de Tributação e Gênero da Fundação Getúlio Vargas;
- Jacqueline Mayer, Doutora e Mestre na área de concentração Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Universidade de São Paulo (USP);
- Eliane Barbosa, Doutora em Administração pela FGV-EAESP e Coordenadora do Grupo de Trabalho Tributação Justa, Reparação Histórica;
- Isabelle Resende, Mestre em Direito Tributário e Professora da Pós-Graduação Lato Sensu do IEC PUC Minas;
- Karoline Marinho, Doutora em Direito Tributário pela UFPE e Coordenadora da Pós-Graduação em Direito Tributário da UFRN;

- Vanessa Canado, Advogada e Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper;
- Kassia Reis, Diretora Jurídica América Latina da Natura;
- Fernanda Pacobahyba, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- Thalyta Alves, Diretora Técnica da Confederação Nacional de Municípios (CNM);
- Melissa Guimaraes Castello, Presidente da Fundação Escola Superior de Direito Tributário (FESDT);
- Christine Mendonca, Mestra e Doutora em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
- Larissa Longo, Advogada e Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper;
- Cristiane Schmidt, Consultora, Ex-secretária de Economia de Goiás e Ex-conselheira do CADE;
- Elena Landau, Advogada e Mestra em Economia pela PUC-Rio;
- Zeina Latif, Mestra e Doutora em Economia pela USP;
- Talita Pimenta Félix, Mestra e Doutora em Direito Tributário pela PUC/SP e Coordenadora Executiva NEF/Direito FGV-SP;
- Ana Claudia Couto, Advogada e Diretora Tributária na AMBEV;
- Gabriela Conca, Advogada e Mestra em Direito pela Harvard Law School;
- Ana Carolina Carpinetti, Advogada e Mestra em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP);
- Susy Gomes Hoffmann, Doutora e Mestra em Direito Tributário pela PUC-São Paulo; e
- Fatima Cartaxo, Doutora em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo (USP).

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / A Definir, 14h00

Audiência Pública - Tema: Integração inteligente entre mercado de trabalho e expansão das graduações e do ensino técnico.

Convidados:

- Representante do Instituto Itaú - Unibanco;
- Cláudio Rodrigo, Representante do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE);
- Nara de Deus, Diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional do Comércio (CNC);
- Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Bruno Goytisoló, Diretor de Relações Governamentais da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH); e

Sexta-feira (21/06)

CVT - COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES / Câmara de Vereadores de Joinville/SC, 14h00

Mesa Redonda - Tema: Projeto de Lei Complementar 12/24 - Trabalho motorista de aplicativo.

Convidados:

- Wagner Antonio de Mira, Presidente Associação dos motoristas de aplicativo de Joinville (Amasc Joinville);
- Renato Vandré Bertis, Presidente, Associação dos trabalhadores de aplicativos de Londrina e região (AMOTRA);
- Allan Puga, Presidente da Amasc;
- Paulo Marcelo Martins Reis – AMASP;
- Eduardo Lima de Souza, Associação dos Motoristas de Aplicativos de São Paulo (Amasp);
- Luciana Marçura, Aplicativo Lady Driver
- Fernando Modesto Dutra, Amasc;
- Paulo Xavier Junior, Presidente da FEMBRAPP;
- Sergio Guerra Correa - Motorista de aplicativo
- Evandro Henrique Roque Pereira, FEMBRAPP;
- Denis de Sousa Moura, FEMBRAPP
- Maria Lúcia Silva Sonnenstrahl, Aplicativo Lady Driver

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Seminário - Tema: Reestruturação das operações de transporte por aplicativo

SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Quarta-feira (19/06), 14h00

PLP 124/2022 - Dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária. Item nº 1.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação deste, na forma da Emenda nº 6 (Substitutivo).

PLP 125/2022 - Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes. Item nº 2.

Explicação: Dentre outros, o texto propõe acerca da extinção do crédito tributário, a sentença arbitral transitada em julgado de maneira favorável ao contribuinte.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Parecer: Pela aprovação deste e pela aprovação parcial da Emenda nº 2, na forma da Emenda nº 6 (Substitutivo); e pela rejeição das demais emendas.

Terça-feira (18/06)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

PLP 202/2021 - Altera a Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019 que instituiu a Empresa Simples de Crédito. Item nº 5.

Autor: Jorginho Mello (PL/SC)

Relator: Laércio (PP/SE)

Parecer: Pela aprovação deste, nos termos do substitutivo apresentado.

PL 953/2021 - Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências. Item nº 7.

Explicação: prevê a adesão de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, inclusive aquelas que estejam em recuperação judicial no Programa que alcança débitos não tributários com as autarquias e fundações públicas federais, inclusive com as agências reguladoras, definitivamente constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, vencidos ou não, desde que as respectivas notificações tenham sido realizadas até a data de publicação da presente Lei. As condições de pagamento vão do pagamento a vista com desconto de 100% dos juros, multas e encargos legais até o parcelamento em 239 vezes, com redução de 30%.

Autor: Irajá (PSD/TO)

Relator: Nelsinho Trad (PSD/MS)

Parecer: Pela aprovação deste, nos termos do substitutivo apresentado.

PL 2838/2020 - Altera a Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 – Lei do Bem. Item nº 9.

Autor: Izalci (PL/DF)

Relator: Jornalista Carlos Viana (PODE/MG)

Parecer: Pela aprovação deste, nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), com uma subemenda apresentada.

CREDC - COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI DO PROCESSO ESTRUTURAL NO BRASIL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 15h00

Audiência Pública - Finalidade: Debater os seguintes temas: I – Política Nacional de Cibersegurança: Estratégia Nacional de Segurança Cibernética e Plano Nacional de Cibersegurança; II – Relações entre Segurança e Defesa Cibernética; e III – Anteprojeto de lei sobre Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber) e o Sistema Nacional de Cibersegurança (SNCiber).

Convidados:

- Marcos Antonio Amaro dos Santos, ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI).

Quarta-feira (19/06)

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00

MSF 12/2024 – Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro Emmanoel Pereira.

Autor: Presidência da República
Relator: Senador Carlos Viana